

Recebido em: 20.06.23
Aprovado em: 04.08.23

João Figueira

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra. Professor de Jornalismo na Faculdade de Letras da mesma Universidade.

E-mail: jotajotafigueira@gmail.com

A Banalidade da mentira na sociedade do Pós-Facto¹

João Figueira

Resumo:

Os atuais processos comunicacionais mudaram tudo: a forma de fazer de jornalismo, política, o acesso à informação e as relações entre dirigentes políticos e cidadãos. A esta desregulação da comunicação corresponde uma "liberalização" da verdade traduzida muitas vezes em mentira e desinformação. Paralelamente, emergem e ganham força crescente novos radicalismos de direita, num contexto em que a *epistemologia do eu* é reforçada pelas lógicas digitais de comunicação. Diante da complexa incerteza que as sociedades democráticas vivem hoje, onde se inclui o jornalismo, este deve representar o porto seguro contra as ondas alterosas da desinformação e da falsidade.

Palavras-chave: Mídia. Jornalismo. Política.

The banality of lies in the Post-Fact society

Abstract:

Current communication processes have changed everything: the way of doing journalism, politics, access to information and the relationship between political leaders and citizens. To this deregulation of communication corresponds a "liberalisation" of the truth often translated into lies and misinformation. At the same time, new right-wing radicalisms are emerging and gaining strength in a context in which the *I-epistemology* is reinforced by the digital logics of communication. Facing a complex uncertainty that democratic societies live today, where journalism is included, it should represent the safe harbour against the altering waves of misinformation and falsehood.

Keywords: Media. Journalism. Politics.

¹ Conferência proferida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Jornalismo na UFSC, a 22 de maio de 2023. Parte substancial das ideias expressas nesta palestra antecipam reflexões que constam do livro, do mesmo autor, *Da incerteza como princípio: Jornalismo, Democracia, Decadência da Verdade*, que a LabCom (Universidade da Beira Interior, Portugal) vai editar no 2º semestre de 2023.

Introdução

No atual contexto midiático, “a presidência de Richard Nixon teria sobrevivido”. A afirmação é de Margaret Sullivan, jornalista e professora na Duke University, que por ocasião dos 50 anos do caso Watergate utilizou a sua coluna no *Washington Post*, para refletir acerca das mudanças entretanto ocorridas no espaço midiático, no jornalismo e na centralidade que este perdeu, e ainda como o próprio exercício da política também se alterou. Chega mesmo a dizer que o ecossistema midiático está tão fragmentado e as empresas de mídia tão menos confiáveis, que seria improvável que o caso que culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon, em agosto de 1974, tivesse hoje a mesma conclusão:

Ao invés da década de 1970, quando a mídia liderou o processo de afirmar a verdade como interesse público, contribuindo, assim, para que o então presidente fosse presente à justiça, durante a presidência de Trump isso foi uma impossibilidade. (...) Não foram apenas os nossos políticos que mudaram. Foi também todo o ambiente midiático que se alterou radicalmente (*Washington Post*, 29 de maio 2022).

Claro que a esta posição pessimista podemos contrapor a emergência e afirmação de consórcios internacionais de jornalistas, cujas investigações têm desvendado múltiplos casos de corrupção, violação dos direitos humanos, branqueamento de capitais e fuga ao fisco, entre outras situações. Podemos ainda acrescentar os feitos pioneiros da *WikiLeaks*, que ao tornar públicos documentos confidenciais e sensíveis de governos e grandes grupos empresariais abalaram todo o ambiente midiático de que fala Sullivan, pondo muitos líderes políticos em estado de alerta máximo. Contudo, é precisamente perante todos esses exemplos, que no essencial não provocaram a turbulência política que arredou Nixon da Casa Branca, que as observações da columnista do *Washington Post* fazem sentido. As críticas de Margaret Sullivan e a impotência da mídia, nova e tradicional (*Le Monde*, *The Guardian*, *El País*, *New York Times*, *Der Spiegel* foram parceiros da *WikiLeaks* na divulgação de muitos conteúdos secretos comprometedores) incapaz de influenciar positivamente as diversas instâncias do Estado democrático, ao contrário do que se passou com o caso *Watergate* há meio século, são reveladoras de múltiplas vulnerabilidades e profundas mudanças a vários níveis.

Provavelmente não terá sido apenas a paisagem midiática e os variados posicionamentos e práticas que ocorrem no seu espaço que mudaram. A tecnologia, que alterou radicalmente as antigas regras e hierarquias comunicacionais, revolucionou o nosso quotidiano, criando novos hábitos de consumo, de lazer, de acesso à informação, de nos comunicarmos em sociedade. Cada um de nós, aliás, nos seus gestos e na banalidade comportamental do quotidiano também não é o cidadão da década de 1970. De uma forma muito mais expressiva e penetrante que há meio século, a atual gramática cultural do capitalismo, manifestada através da economização das relações sociais, logo, com consequências no processo de formação do “eu” transformou profundamente os nossos códigos interpessoais e relacionamentos em sociedade.

Tanta mudança conduziu a evidentes transformações no modo como usamos a linguagem, a qual, como a este respeito sustenta Daniel Levitin (2016) em *Weaponized lies*, começou a obscurecer a relação entre factos e fantasia. E esta, fruto da sua presença crescente, tornou-se, segundo o mesmo investigador, um subproduto perigoso face à falta de formação, isto é, o aumento da iliteracia afetou toda uma geração de cidadãos. Há muitos anos, num outro contexto, Orwell afirmou algo semelhante, ao considerar que a decadência da linguagem está intimamente ligada ao caos político.

O problema, portanto, não é de hoje, embora por ser do tempo presente sintamos mais duramente as suas dores e efeitos secundários. Em 1959, na introdução a um livro seu sobre jornalismo, Martha Gellorn mostrava as maiores dúvidas e reservas “no poder benigno da imprensa” (2007, p. 417). Escrevia, então, ter-se gradualmente apercebido que as pessoas “engolem mais facilmente mentiras do que verdades, como se o gosto das mentiras fosse mais agradável, mais apetitoso: um hábito” (2007, p. 417). As suas palavras eram uma denúncia à manipulação exercida pelos detentores do poder político e aos líderes industriais e financeiros, “homens invisíveis, frios e ambiciosos”, na sua adjetivação sumária, embora não deixasse de fora aqueles que em seu entender não honravam nem dignificavam a comunidade jornalística:

(Também havia mentirosos na minha profissão, e os líderes sempre usaram os fracos como relativos e maleáveis. A reserva de mentiras era ilimitada.) As pessoas boas, aquelas que se opunham ao mal onde quer que o vissem, nunca passaram de uma galante minoria. Os milhões manipulados podiam ser estimulados ou acalmados por quaisquer mentiras. A luz orientadora do jornalismo não era mais forte que a de um pirilampo (Gellhorn, 2007, pp. 417-418).

Cerca de 150 anos antes de Gellhorn manifestar as suas dores por aquilo que ia assistindo, Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos e uma das figuras mais influentes do grupo dos *founding fathers*, afirmara, em 1802, quando confrontado com a hostilidade dos jornais federalistas, que

Estamos passando, sem dúvida, pela experiência de saber se a liberdade de expressão é ou não suficiente, sem o auxílio de coerção, para a propagação e proteção da verdade, assim como para manutenção de um governo puro e íntegro em suas ações e opiniões (Lage, 2001, p. 15).

Esta tomada de posição é tanto mais relevante quanto é sabido o apego e defesa intransigente de Jefferson para com a liberdade de imprensa. Tal mal estar antecipa, no entanto, as relações tensas entre as instâncias do poder político e da mídia, que se mantêm até aos nossos dias. Igualmente inalteráveis ao tempo são algumas atitudes como as que Wilbu F. Storey, do *Chicago Times*, assumiu durante a guerra civil americana, ao dizer aos seus colaboradores que quando tivessem telegrafado detalhadamente todas as notícias que obtiveram, passassem a enviar rumores (Knightley, 2004). Esta forma de fazer informação, muito presente à época, era ainda mais descontrolada em 1813, quando Jefferson endureceu o seu discurso, face às críticas feitas uma década antes:

Os jornais de nosso país, pelo seu desenfreado espírito de falsidade, têm destruído mais efetivamente a utilidade da Imprensa do que todas as medidas restritivas inventadas por Bonaparte (Lage, 2001, p. 16).

Estava longe de imaginar Thomas Jefferson que dois séculos mais tarde um seu sucessor iria inaugurar uma nova era de falsidades, manipulação de informação e de populismo digital.

Difusão descontrolada da mentira

Outubro de 2021: Donald Trump publica uma carta no *Wall Street Journal*, na qual critica o jornal por ter dito que Joe Biden vencera as eleições na Pensilvânia. Nessa carta, Trump diz que a eleição foi roubada e por isso é mentira que ele tivesse perdido a eleição. Rapidamente surgiram várias reações dirigidas ao *WSJ*, criticando-o por dar espaço a mentiras.

Um mês antes, no discurso de 12 minutos que fez na 76ª Assembleia Geral da ONU, Jair Bolsonaro tinha proferido 10 afirmações falsas, nove imprecisas, duas exageradas e outras tantas insustentáveis. Apenas 44% do que disse foi considerado verdadeiro. A contabilidade é da plataforma brasileira de *fact checking*, *Aos Fatos*, mas outras empresas de confirmação de dados, como a *Agência LUPA*, que passaram igualmente a pente fino a intervenção do então presidente do Brasil, apontam idêntico rol de imprecisões e falsidades.

Sabe-se, no entanto, que esta infodemia está longe de se circunscrever aos dois personagens citados. O fenómeno é muito mais vasto e denso, logo, demasiado preocupante. Isso mesmo é sustentado por sucessivas pesquisas.

Durante o verão de 2022, o *Reuters Institute* levou a cabo um estudo em quatro países (Índia, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos) com o objetivo de apurar, entre outros aspetos, qual o índice de confiança dos cidadãos nas notícias e, em particular, quando estas são veiculadas pelas plataformas digitais. A conclusão foi que as informações colhidas através das redes sociais provocam uma dose maior de ceticismo, do que quando são obtidas junto dos média tradicionais (Mont'Alverne et al, 2022). Não deixa de ser contraditório, no entanto, que a maior parte dos entrevistados associe a desinformação às mesmas plataformas digitais, ao mesmo tempo que afirma ter “sentimentos positivos” para com elas. Pior são as perceções negativas sobre o jornalismo, designadamente quando “metade dos entrevistados nos quatro países diz acreditar que os jornalistas tentam manipular o público para servir as agendas de políticos poderosos ou se preocupam mais em chamar a atenção do que relatar os factos” (Mont'Alverne et al, 2022). Em Portugal, os resultados preliminares de um inquérito realizado pela Universidade da Beira Interior e divulgados em fevereiro de 2022, revelam que metade dos jornalistas que responderam (485 num universo de 7.015), considera os próprios jornalistas agentes de desinformação, embora com a particularidade de tal fenómeno se verificar sempre no órgão vizinho ou concorrente.

Outra pesquisa importante e mais alargada, também de 2022, feita pelo *Edelman Trust Barometer*, é mais preocupante: 76% das pessoas receiam a falsa informação porque têm a clara noção que esta é usada como arma e 46% olham os média como uma força de divisão na sociedade. O mesmo estudo aponta ainda dados sobre o declínio de confiança nos governos, nas lideranças políticas e nos meios de comunicação social, ao passo que o setor financeiro e empresarial é visto como instituição de confiança. Há dois anos, segundo o mesmo barómetro, os índices de confiança nos média eram superiores em seis pontos aos registados em 2022.

À luz da atual topografia comunicacional, como em certo momento o sociólogo e semiólogo argentino Eliseo Verón classificou a nova paisagem tecnológica através da qual e na qual se processam hoje os múltiplos fluxos de comunicação e de informação, muitos conteúdos não jornalísticos acabam por ser lidos e retransmitidos num processo quase automático de ampliação de mensagens, as quais contaminam a perceção da realidade e a verdade dos factos em causa.

Importa, todavia, fazer uma separação das águas. Uma coisa são as notícias produzidas e veiculadas pela mídia no quadro de organizações jornalísticas, que podem (indesejavelmente) apresentar conteúdos informativos (e opinativos) incorretos, incompletos, imprecisos — até involuntariamente falsos — ao mesmo tempo que difundem acusações falsas ou são veículos para a disseminação do discurso de ódio; outra coisa bem diversa é a construção intencional de informações falsas cujos objetivos visam causar danos reputacionais, alarme social e desinformação, entre outros. Nestes casos, em que a finalidade é conferir credibilidade e uma espessura de veracidade a algo que é falso, os mecanismos que produzem essa mentira procuram muitas vezes mitigar a sua origem ou fazer-se passar por órgãos ou fontes credíveis.

Vários estudos publicados no último ano, em torno da Covid-19, confirmam isso mesmo: a fundação *Observatório da infodemia covid-19* revela que cerca de 42% dos mais de 178 milhões de tweets relacionados com a covid foram produzidas por *bots*; outro estudo, da fundação *Bruno Kessler*, detetou que 40% dos 112 milhões de *posts* realizados em 64 idiomas e em distintas redes sociais eram provenientes de fontes poucos fiáveis; e o *Newsguard* identificou 191 sites na Europa e na América do Norte que publicaram informações falsas sobre o coronavírus. Porém o tema e os seus contornos são muito mais vastos: a 2 de agosto de 2021, o investigador norte-americano Tom Jones discorria sobre a desinformação (ainda que involuntária) da mídia durante a Covid-19. Em artigo publicado no *Pointer* e dias depois recuperado pelo *New York Times*, em que faz uma análise sobre a desinformação realizada pelos órgãos locais de informação sobre a vacina, o autor discorre sobre as derrapagens verificadas ao longo desse processo, durante o qual alguma mídia deu voz e visibilidade a protagonistas antivacina, como se do ponto de vista científico (e jornalístico) as posições contra e a favor da vacinação se pudessem equivaler.

Contradições dos processos noticiosos

Se do ponto de vista concetual o jornalismo não inventa factos, o que no limite significa que estaria imune a essa praga da falsidade, a prática mostra que estamos diante de uma atividade técnico-discursiva que, embora regulada e definida por regras e princípios ético-deontológicos, vive em larga medida da difusão das perspetivas e das verdades de terceiros. E quando as declarações ou tomadas de posição destes são potencialmente geradoras de aumentar os fluxos comunicacionais, mais apetecíveis se tornam e mais facilmente penetram na lógica da mídia. Foi ao olhar para este fenómeno que o investigador Jeff Jarvis comentou na sua conta do Twitter, em 8 de janeiro de 2021, que Trump “não manipulou o Twitter. Ele manipulou o jornalismo através do Twitter”. É este mesmo raciocínio que está implícito nas críticas feitas ao *Wall Street Journal* quando aceitou publicar a carta de Trump cheia de falsidades. É preciso ter presente que foi com Donald Trump na Casa Branca, que a utilização do Twitter por atores políticos passou a ter o protagonismo e presença que hoje se lhe reconhece.

Tal chamada de atenção tem subjacente a ideia de que toda a política se faz no Twitter, a partir das tomadas de posição e declarações dos seus protagonistas e principais comentadores. Donde, aquilo que se vem fomentando nessas redações não é o aprofundamento das questões de ordem política, menos ainda a aposta em trabalhos de investigação, mas sim reduzir e circunscrever a ação dos seus profissionais à mera escuta e retransmissão do que a espuma dos dias vai estrategicamente semeando nas redes sociais, cujos conteúdos, em regra descartáveis, pouco se preocupam com o rigor, precisão e autenticidade do que afirmam.

A informação jornalística e a mídia no seu conjunto enfrentam, pois, um problema muito sério quando falamos de verdade e de mentira, uma vez que a comunicação ao praticar-se cada vez mais numa lógica de imediaticidade e instantaneidade — incluindo aqui também os espaços de opinião, que no caso português são predominantemente uma extensão dos interesses partidários representados no Parlamento — torna difícil para não dizer impossível, a correção em tempo útil de dados e elementos falseados. É deste quadro de ação com todas as suas limitações e potencialidades que falamos, sem esquecer a sua permeabilidade crescente às redes sociais.

Com efeito, hoje a mídia já não é apenas o palco da luta entre diversos poderes e interesses, num contexto de clara auto-fragilidade. Perguntar-se-á, inclusivamente, como pode ela, reiteradamente apresentada e classificada como pilar essencial do edifício democrático, cumprir as suas funções e estar à altura das

suas responsabilidades, se as lógicas liberais que determinam os modelos predominantes de organização empresarial com impacto evidente e direto nas respectivas redações, conduzem a soluções e a condições de trabalho que são a negação do próprio jornalismo? Por outras palavras, como podemos esperar desses órgãos uma capacidade de trabalho e de resistência a toda uma indústria para quem a verdade jornalística e dos factos parece pouco relevante, a não ser que, circunstancialmente, seja coincidente com os seus interesses?

A noção de verdade é aqui entendida, em primeira instância, como a não alteração de dados, factos e declarações, e num segundo momento no fornecimento da informação mais completa, correta e rigorosa.

O panorama não deixa de ser ao mesmo tempo curioso e paradoxal. Por um lado, entende-se que a prática jornalística deve assentar na confirmação das informações que apresenta; mas por outro, defende-se que a rapidez deve sobrepor-se à confirmação desses mesmos dados ou revelações, face ao contexto concorrencial entre as empresas de mídia. Argumento que, embora lamentavelmente, um número considerável de jornalistas tenha há muito interiorizado, ele é exterior e alheio aos princípios da profissão. Ser ágil na recolha e confirmação da informação e conseguir ser o primeiro a dá-la deve ser um objetivo de cada profissional; porém, veicular o que quer que seja, sem apurar os dados, apenas com o fito de ser o primeiro, é a doença infantil do jornalismo.

Novo regime de verdades

Em *Da democracia na América*, Alexis de Tocqueville diz a certa altura que uma ideia falsa, mas clara e precisa, terá mais poder no mundo que uma ideia verdadeira e complexa, como de resto bem comprova o estudo realizado por Vosoughi et al (2018), no qual analisaram 126 mil conteúdos partilhados por três milhões de pessoas, no Twitter, tendo constatado que a mentira e a falsidade possuem uma capacidade de atração indiscutivelmente maior que a verdade.

Um outro estudo focado nas realidades da Austrália e Reino Unido, “Responding to «Fake News»: journalistic perceptions of and reactions to a delegitimizing force” (Schapals & Bruns, 2022), refere que o aumento da polarização online é motivado pelo tipo de enquadramento da mídia, como reportagens de cariz polémico e sensacionalista, que por sua vez intensifica a desinformação. A velocidade com que se comunica e a linearidade do que se diz para que a eficácia máxima dessa construção de sentido seja conseguida, conduzem a uma ideia de simplicidade que, para Innerarity (2021), representa “a principal ameaça à democracia” (p. 11).

O cenário está longe de ser inteiramente novo. Em *La médiacratie*, François-Henri de Virieu (1990) alertava-nos para o facto de toda a nossa organização coletiva baseada na democracia representativa ter sido ultrapassada por um fenómeno novo a que intitulou de “mediacracia”. Estávamos, então, ainda numa época em que “a televisão possuía o poder dos livros sagrados da Idade Média” (Scheer, 1994, p. 148). Hoje, fruto da revolução digital, em cujo quadro assume particular destaque o presente contínuo das redes sociais, a paisagem midiática e as lógicas comunicacionais mudaram muito. O jornalismo e a sua circunstância, também. Em muitos casos, aliás, assistimos à prática de “um novo modelo de jornalismo banalizado, imediato, gratuito e massivo em forma de «produtos enlatados», estandardizados e superficiais” (Romero-Rodriguez et al, 2018, p. 74).

Por outro lado, a emergência e crescente afirmação do relativismo, ou seja, a ideia de que a verdade e o conhecimento especializado é tão só uma questão de perspectiva vem conquistando terreno. Lewandowsky et al (2017) em artigo onde refletem sobre o fenómeno da pós-verdade, referem, entre outros fatores, a fragmentação midiática, a crescente polarização e o declínio da confiança no conhecimento da ciência, como elementos determinantes de um processo construído com base na

descrença e abandono por qualquer tipo de evidência, consubstanciada através da verificação de factos. Ao desprezo por estes dados, por tudo aquilo que assenta em convenções científicas ou evidências, para ao arrepio delas erigir toda uma narrativa favorável aos respetivos interesses, os mesmos autores chamam “pós-verdade”.

No início dos anos 50 do século passado Hannah Arendt, em *As origens do totalitarismo*, antecipava já os riscos da aceitação acrítica acerca da indistinção entre facto e ficção. O tema é recuperado pela norte-americana Michiko Kakutani que, na sua mais recente obra, *A morte da verdade*, embora tendo o trumpismo por pano de fundo, desafia-nos a pensar sobre o fenómeno da substituição do “conhecimento especializado pela sabedoria das multidões” (2018, p.13), o que nos leva a perguntar qual o papel e função do jornalismo, neste quadro complexo onde todos têm o poder de uso da palavra, onde o rigor e a verdade parecem ser uma mera questão de perspectiva, e a mentira possui já um apreciável valor de mercado: em 2019, segundo o *Global Desinformation Index*, pelo menos 235 milhões de USD foram gerados a partir de anúncios veiculados em sites extremistas e de desinformação. Um outro estudo publicado pela mesma entidade, em 2021, sobre a realidade do mundo digital na Alemanha, intitulado, “The business of hate”, reforça essa ideia do negócio da desinformação, aplicado aos discursos e crime de ódio.

É no contexto deste ambiente de tensões e de interesses, em cujo seio os novos populismos se afirmam, espalhando desconfiança e incutindo a ideia de que o povo é melhor que os políticos que o governam, naquilo a que Edward Shils (1996) classificou de elitismo invertido, que o jornalismo se situa e o seu trabalho e ação têm de se realizar. Sem perder de vista que é a salvaguarda da verdade que está em causa, face ao poder sedutor da indústria de notícias falsas.

O estudo anteriormente referido, da autoria de Vossoughi, Roi & Aral (2018) mostra, precisamente, que as informações falsas se espalham em maior número e muito mais depressa do que as verdadeiras, e que estas dificilmente se conseguem impor após a marcação do terreno feito pelas primeiras. Alguns anos antes já Nyhan & Reifler (2010) tinham concluído que as correções raramente alteram as primeiras perceções sobre factos errados. A criação de plataformas de *fact-checking*, atualmente existentes em mais de 100 países, constitui uma importante medida de combate ao fenómeno da desinformação, embora o ciclo de vida da mentira não termine com a sua correção. Tendo por base a pesquisa e análise de Guess, Nyhan & Reifler (2018), feita durante a campanha presidencial norte-americana de 2016, conclui-se que as correções e denúncias de desinformação raramente chegam aos consumidores de notícias falsas. Edward Murrow, o jornalista que nos anos de 1950 enfrentou a censura e perseguição do senador Joseph McCarthy, sintetizava já essa ideia, recorrendo a uma frase cujo sentido original é atribuído a Mark Twain: uma mentira pode dar a volta ao mundo enquanto a verdade ainda veste as calças (Kovach & Rosenstiel, 2010).

Assim se abrem as comportas para a desinformação e potencial aumento de notícias falsas (Allcott & Gentzkow, 2017), com repercussões evidentes na polarização do debate público, especialmente dinamizado e potenciado por um discurso político radical (Valera, 2012; Albaladejo & Figueira, 2022).

Aparentemente naturalizado, o atual fenómeno das notícias falsas é visível em todas as latitudes e situações: nas campanhas eleitorais para a presidência do Brasil (2016 e 2022); durante as eleições americanas de 2016 e no referendo na Catalunha (Erickson, 2017); no Pizzagate (Mihailidis & Viotty, 2017); nas falsas fotos e notícias que circularam pelas redes sociais, minutos depois do ataque terrorista, em março de 2017, na zona de Westminster, em Londres (Rannard, 2017); em 2014, nas notícias sobre o Ébola contraído por uma família e que por esse motivo tinha levado à quarentena de uma cidade no Texas (Silverman, 2016).

É neste contexto e a olhar para as consequências provocadas por estes fenômenos (populismo político, desinformação, crise de credibilidade das instituições e notícias falsas), que em 2019 o *Washington Post* publicou uma matéria a que dava o seguinte título: “A democracia morre nas trevas”. Interessante esta expressão, porque ela nos alerta para uma enorme contradição contemporânea: nunca houve tanta informação e acesso mais facilitado ao conhecimento, porém, nunca foi tão evidente a descrença na ciência, da mesma maneira que a própria liberdade de expressão e os valores da democracia estão a ser estrategicamente usados para corroer e desgastar os princípios em que assentam os estados democráticos.

Ao observar a disputa da atenção — com evidentes impactos ao nível da taxa de credibilidade — entre as fontes oficiais e científicas nas áreas da saúde e das ciências biomédicas com outros atores não especialistas mas com bons níveis de penetração através das redes digitais, Waisbord (2020) sintetiza a questão em dois pontos essenciais: 1) erosão do velho regime de informação; 2) necessidade de assumir novos comportamentos perante o ambiente crescente de desinformação num novo regime de verdades.

O problema é que esse tal regime de verdades traduz um ambiente de instabilidade da confiança no conhecimento das instituições, porquanto ele reflete a sedimentação do que a socióloga holandesa Liesbet van Zoonen classifica como uma epistemologia do eu (“I-Pistemology”). Isto é, num contexto generalizado de disputa de verdade, incluindo o espaço midiático, as experiências e emoções pessoais passaram a estar no centro das percepções, logo, do que cada um(a) aceita como conhecimento. Tais processos, inseridos na capilarização das teorias críticas, correspondem a uma visão que olha as instituições e o conhecimento que elas produzem como instrumentos de poder.

A epistemologia do eu procura, assim, responder a perguntas a partir de “mim mesmo”, da “(eu)dentidade” (Zoonen, 2012, p.60) de cada um(a) em que a Internet surge como agente facilitador dos processos e em cujo seio a possibilidade de intervenção das respectivas redes digitais incrementam o que alguns autores chamam de cultura do narcisismo e que para Byung-Chul Han representa o “eu isolado, sem mundo” porque a “hipercomunicação digital, a conectividade ilimitada, não cria nenhuma união, nenhum mundo” (2022, p. 86).

Este primado do “eu” e a perspectiva acerca das instituições enquanto instrumentos de e do poder e da instabilidade do seu conhecimento persuasivo junto de terceiros, abre caminho a uma ideia de liberalização da verdade, libertando-a dos grilhões da velha noção de autoridade institucional. No limite, o que importa é a defesa da soberania das emoções e experiências individuais, embora essa visão esteja longe de responder à questão nuclear que aqui nos interessa: vivemos num mundo de organizações cada uma com as respectivas hierarquias e culturas organizacionais bem definidas e, nesse contexto, o exercício do jornalismo e a procura da verdade jornalística obedecem ao cumprimento de regras e metodologias específicas, não ao livre arbítrio de cada profissional.

O jornalismo não é, contudo, um discurso sobre si próprio. Ou seja, boa parte da sua matéria-prima é constituída por uma constelação de posições e opiniões, muitas delas, consoante o poder dos atores sociais em causa, com capacidade para influenciarem e determinarem as opções e perspectivas editoriais da mídia — a qual, por seu turno, reage e atua em função do seu próprio posicionamento. Ora, se se reduzir o espaço da política e do jornalismo que a acompanha ao mundo digital do Twitter e se esse for prioritariamente assumido como cenário de atuação dos jornalistas, significa que estes optam pela via mais fácil e cómoda de serem meros vigilantes das redes sociais e depois meros amplificadores das versões que vão colhendo, alienando com essa atitude a insubstituível função de escrutinadores que é suposto desempenharem.

Desde a década de 1970, como Nelson Traquina muito apropriadamente sintetiza numa das suas obras — *Jornalismo* — que se sucedem os estudos acerca da parcialidade das notícias e se estas refletem sem distorção a realidade. As conclusões situam-se em polos opostos: alguns autores apontam para a ideia de que os jornalistas constituem uma nova classe “com claras parcialidades políticas que ‘distorcem’ as notícias para propagação das suas opiniões anticapitalistas” (Traquina, 2002, p. 89), ao passo que os estudos de Edward Herman & Noam Chomsky (1988/2002), centrados na realidade mediática norte-americana, mostram uma subordinação do jornalismo aos interesses das elites políticas e económicas do país, isto é, são entendidos como meros instrumentos no reforço do *establishment* capitalista. Vão no mesmo sentido as observações feitas por McChesney (2000) há duas décadas, na sua obra *Rich media, poor democracy*, onde sustenta a ideia de que um sistema midiático criado para servir os interesses de Wall Street e Madison Avenue, isto é, os objetivos da alta finança e dos grandes grupos económicos e empresariais, não pode servir nem responder às necessidades da maioria da população.

É no contexto destas teorias de ação política que Chomsky reforçou as suas críticas, num extenso artigo originalmente publicado no *AlterNet*, em maio de 2015, sobre o *The New York Times*, a quem acusou de fazer pura propaganda. Este ataque, não obstante a dureza das palavras dirigidas a um dos ícones do jornalismo norte-americano e de todo o mundo ocidental, está em consonância com a visão que vem defendendo ao longo dos anos, sobre o papel ideológico do sistema midiático. Tal atitude de viva desconfiança para com a mídia é inusitadamente coincidente com muitas atitudes que Donald Trump e outros líderes populistas de direita assumem, quando acusam os jornalistas e a ela de serem mentirosos e inimigos do povo, o que significa que os consideram um alvo legítimo para os seus ataques soezes.

Esta aparente coincidência de posições, embora os pressupostos e os factos em que assentam sejam muito diferentes e distantes entre si, deve levar-nos a relevar o papel escrutinador do jornalismo, a sua máxima transparência, capacidade de luta e resistência contra todas as formas de silenciamento, censura e de falsidades. Tais esforços não visam diminuir a diversidade de perspetivas e o pluralismo nas suas mais variadas declinações. O seu objetivo, para usar as palavras de Hannah Arendt, é a salvaguarda das verdades de opinião e de facto, no sentido em que “a liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objeto do debate” (Arendt, 1995, p.24).

Contrariar-se-á, dessa maneira, a atitude pós-moderna segundo a qual não existem factos, apenas interpretações — o que para o jornalismo é de capital importância—, embora a mera circunstância de inscrevermos o tema nos debates do nosso tempo é sinal que o fenómeno da pós-verdade, como assinala o filósofo italiano Maurizio Ferraris, “ajuda a captar a essência da nossa época” (2019, p. 12). Este professor da universidade de Turim defende, aliás, que a corrente pós-moderna é a antecedente ideológica da pós-verdade e que esta não é senão “a inflação, a difusão e a liberalização do pós-moderno para além das salas de aula e das bibliotecas universitárias e cuja realização é o absolutismo da razão do mais forte” (Ferraris, 2019, p. 13). Considera-se, assim, a pós-verdade como um fenómeno não exclusivamente midiático, embora possamos dizer que se expressa predominantemente através da mídia e em cujo ambiente a tecnologia desempenha uma função primordial. Porém, essa “razão do mais forte” remete para uma ideia de poder — poder discursivo, poder de influência, poder do uso da palavra... — e para o próprio lugar do poder, que é, justamente e por via de regra, o mais forte, o mais escutado, o mais visível, o que mais influencia. Donde e por consequência terá o poder de criar realidades outras, sob a designação de factos alternativos e de pós-verdades, sobre as quais e com as quais a mídia, porque elas emanam da “ra-

ção do mais forte”, de alguém que está num lugar de poder, vai depois construir as suas narrativas e ampliar a verdade enunciada, mesmo que ela seja falsa ou errada.

Subsiste, em todo o caso, a necessidade de se considerar algo que aconteceu como verdadeiro ou falso, no sentido em que “a verdade é uma abstração que existe objetivamente como qualidade”, ou seja, é algo que “subjektivamente existirá ainda como memória do instante fugaz de uma descoberta ou revelação”, porque é “nessa memória e nesse instante [que] residem a experiência da verdade” (Lage, 2001, p. 90).

Quer dizer que já não estamos no mundo da velha aldeia de Macondo, onde muitas coisas careciam de nome e para as mencionar era preciso apontá-las com o dedo. A nossa realidade é menos mágica que o universo de García Márquez e por isso os jornalistas precisam das palavras mais adequadas e justas para traduzir as impressões, as emoções, os múltiplos contextos que os rodeiam e em que se inserem, isto é, a sua “experiência da verdade”. Por outro lado, é socialmente reprovada a atitude de mentir enquanto intenção enganosa ou de subversão de factos palpáveis e objetiváveis, o que explica que cada um(a) reivindique a verdade como autenticidade do que afirma e comunica.

Porém, se (e quando) as mentiras políticas modernas

São tão grandes que requerem um completo rearranjo da textura factual — o fabrico de uma outra realidade, por assim dizer na qual encaixam sem costuras, fendas nem fissuras, exatamente como os factos encaixavam no seu contexto original — o que é que impede estas histórias, imagens e não factos novos de se tornarem um substituto adequado da realidade e da factualidade? (Arendt, 1995, p. 46).

De repente, somos confrontados já não com aquilo que sabemos e até posamos ter visto ou ouvido, mas com o que outros pretendem que passemos a perceber como correto e verdadeiro. Num cenário onde a pós-verdade (expressão contraditória em si mesma) possa ser a normalidade, o jornalismo fiel à sua matriz é a materialização da mentira.

Equilíbrio instável da retórica política

Kellyanne Conway, conselheira de Donald Trump, é a autora da frase “factos alternativos”, quando a usou numa resposta durante a entrevista ao programa “Meet the press” para justificar a versão deturpada que o porta-voz da Casa Branca, Sean Spicer, assumira na véspera, em conferência de imprensa, quando disse que tinha estado “a maior assistência de sempre” na tomada de posse de um presidente. Pressionada pelo entrevistador para explicar as falsas declarações de Spicer, Kellyanne Conway argumentou que ele se limitara a dar factos alternativos. Mais uma vez as subtilezas da linguagem a turvarem uma evidência facilmente comprovada, como se tudo dependesse do modo como se olha e interpreta algo perfeitamente objetivável e à vista de todos.

Em Verdade e política, Hannah Arendt discorre a certa altura em torno dos dilemas que podem ser colocados quando se confronta a liberdade de opinião com a verdade dos factos. Interessava-lhe saber até que ponto existirá “algum facto independente da opinião e da interpretação” (1995, p. 25) e, sobretudo, se a escrita da história é uma possibilidade arbitrária que cada geração pode utilizar como entender. Neste contexto, reconstitui um breve diálogo entre Georges Clemenceau, pouco antes de morrer, e um representante da República de Weimar que, a certa altura, pergunta ao antigo primeiro-ministro francês o que acharia ele que no futuro os historiadores iriam dizer acerca das razões e responsabilidades de cada país no desencadear da I Grande Guerra.

“Sobre isso nada sei, mas do que estou certo — respondeu Clemenceau — é que eles não dirão que a Bélgica invadiu a Alemanha” (Arendt, 1995, p. 25).

Subjaz na certeza da resposta dada pelo antigo jornalista e político francês a dimensão coerciva da noção de verdade de facto que encontramos em Hanna Arendt, no sentido em que aquela se deve impôr em todas as nervuras discursivas, independentemente das opiniões ou do consentimento de cada um: “conceitualmente, podemos chamar verdade aquilo que não podemos mudar” (Arendt, 1995, p. 59). Mas subsiste, também, no pensamento da filósofa alemã, a preocupação tão contemporânea — *Truth and politics* data de 1967, quando foi pela primeira publicado na *New Yorker* — de nos desafiar a refletir acerca da presença e florescimento selvagem da mentira na esfera pública e política dos nossos dias.

Somos tentados a dizer, como Foucault (2000), que cada sociedade possui o seu regime de verdade, a sua política oficial de verdade. Ao filósofo interessa-lhe, sobretudo, discutir nestas suas reflexões, o estatuto da verdade e do “papel económico-político que ela joga” e não proceder a “um combate em prol da verdade” (2000, p. 144). Quer com isto dizer Foucault que o estatuto da verdade não é alheio à correlação de forças em presença e a quem exerce o poder, na medida em que ela pertence a este mundo e é produzida nele graças a múltiplas coações, que mantêm nele os efeitos regulados do poder. Esta mesma preocupação sobre a capacidade de definir e construir a tal política oficial da verdade vamos também encontrá-la em Marc Ferro (1994), quando ele, em *Falsificações da história*, refere que a consciência coletiva que cada sociedade tem de si própria resulta das narrativas dominantes que se impõem em cada momento histórico. Para o historiador francês, como antes para o representante da República de Weimar em diálogo com Clemenceau, existe a convicção de que “controlar o passado ajuda a dominar o presente” (1994, p. 11), circunstância que releva o papel dos média e do jornalismo em particular, enquanto construtores sociais da realidade. Ora, aquilo que se lhes exige é um compromisso e adesão para com a busca incessante da verdade, aqui sim, em luta contra a mentira e, se necessário, contra os que, fruto do seu estatuto, “têm a seu cargo dizer o que funciona como verdadeiro” (Foucault, 2000, p. 143).

Tudo isso seria mais fácil, se fosse possível acreditar na existência da verdade como evidência, ou seja, como algo suscetível de ser aceite sem qualquer tipo de resistência retórica, quando se sabe, pelo menos desde Platão, que há um insanável conflito de interesses entre o poder e a verdade, ao ponto de o velho filósofo considerar que o exercício da política prefere o que é popular à verdade. Donde, sendo a política, no dizer de Innerarity, “uma forma de fazer coisas com palavras” (2016, p. 121), tal significa que a retórica política mantém-se num equilíbrio instável onde o uso da linguagem surge como um instrumento de persuasão e de construção de pós-verdades. Nesta perspetiva, a linguagem é a própria ação, o que lhe empresta uma dimensão performativa que, ao atuar no palco midiático, assume potencialidades novas, por vezes até incontroláveis.

O fenómeno, dir-se-á com certa razão, está longe de ser inteiramente novo. Desde a entrada em cena da impressão em caracteres móveis no século XV, que de imediato surgiram os primeiros receios sobre a possibilidade de propagação de falsidades e por isso muitos atacaram essa novidade revolucionária, que haveria, de resto, de ser decisiva na difusão das ideias da reforma protestante de Martinho Lutero. Porém, nunca a sua dimensão terá assumido as proporções inquietantes que hoje lhe detectamos, em consequência do ecossistema midiático em que habitamos, da possibilidade de qualquer cidadão poder produzir informação em fluxos contínuos e permanentes, da crescente concorrência pela economia da atenção e, ainda, devido ao facto nada despiciendo de os cidadãos viverem mergulhados no seu mundo de redes sociais, respirando o ar tantas vezes tóxico que elas emanam, mas indutor das suas tomadas de posição.

A preocupação de Hannah Arendt ganha, assim, uma renovada acuidade, porquanto os meios disponíveis para a contemporânea manipulação dos factos são incomensuravelmente maiores e mais sofisticados que os existentes há meio século.

Nessa altura, ela já discutia o fabrico de imagens e da escrita do acontecido, que podia emergir sob novas versões e roupagens, tendo em vista o “rearranjo de toda a textura factual” (1995, p. 46). Em causa, estava a ideia da possibilidade de fabrico de uma outra realidade, através de um processo de substituição da factualidade. Tal deixou, no entanto, de ser apenas uma hipótese filosófica para se transformar numa prática política atual ou, se se preferir, numa ação de comunicação política, com a introdução do conceito de “factos alternativos” e de pós-verdade”, onde noções como honestidade e verdade já não são absolutas, mas conceitos mutáveis e voláteis (Keys, 2004) e por isso mesmo, como propõe Farhad Manjoo (2008) na sua sugestiva obra, todos temos de aprender a viver numa sociedade do pós-facto.

O título principal da capa da revista *Time* de 3 de abril de 2017 — “A verdade morreu?” — como que nos incita a discorrer acerca destes fenómenos, que se agudizaram com a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020. As teorias da conspiração ressuscitaram, então, em força espalhando-se em múltiplas redes, quase sempre pondo em causa o conhecimento científico — com o apoio de alguns líderes políticos — e muitas vezes fazendo correr o rumor, como se fosse coisa séria, de que alguma autoridade invisível nos estaria a querer controlar a todos (Fonseca, 2021). Mais uma vez importa questionar o papel e função do jornalismo nestas situações, que incompreensivelmente é e foi capaz de colocar em pé de igualdade um representante da ciência e um militante de um qualquer movimento anti-vacinas, por exemplo.

Superstição e mediação religiosa

Evidentemente que hoje tudo nos toca mais depressa — até sem nós procurarmos. Porém, iniciativas engenhosas sobre teorias da conspiração sempre houve. Na década de 1960, nos Estados Unidos, um grupo de anarquistas criou o movimento discordiano, cujo objetivo visava fomentar a desobediência civil, provocar o caos, espalhar boatos, fazer desinformação. Aproveitando o movimento da contra-cultura norte-americano começaram a contar estórias e a enviar cartas sob identificações falsas para algumas revistas, sobre uma organização secreta de elite chamada *Illuminati*, que segundo eles controlava o país e era responsável pela sociedade demasiado autoritária, fechada e controlada em que viviam. Posteriormente, o mesmo grupo, usando novas identidades falsas, respondia às suas próprias cartas, discordando do que elas diziam. O objetivo era provocar a discussão e a desinformação, com base no pressuposto de que se muita gente fala e discute sobre algo é porque isso é importante, faz sentido e é verdadeiro. Ou seja, o debate em torno de algo não verdadeiro e a sua continuada repetição, acreditava esse grupo, haveria de normalizar a mentira, fazendo dela uma verdade. Mecanismo, afinal, muito semelhante às atuais tentativas — por vezes bem sucedidas — de normalização social de ideias e posições de partidos xenófobos e radicais.

Portanto, se as questões sobre a verdade e mentira ou sobre factos alternativos que hoje fazem parte do quotidiano dos média e das discussões em torno dos comportamentos que se devem assumir perante tais fenómenos estivessem tão presentes na vida dos tribunais, imaginar-se-ia o receio com que todos olháriamos para a Justiça, e o caos que esta por certo enfrentaria. O mesmo diremos relativamente à medicina e a outras áreas do conhecimento e da ciência. Onde, dir-se-á que há algo da ordem do religioso ou da superstição no modo como tantas pessoas rapidamente se convertem às doutrinas conspiratórias e da desinformação, acreditando no que elas afirmam e tornando-se seus apóstolos, ao ampliarem através das suas redes digitais o que elas dizem e querem que seja repetido.

A escritora espanhola Irene Lozano escrevia no seu habitual espaço do *El País*, a 23 de setembro de 2021, que hoje o conhecimento e a informação cederam lugar à superstição. A autora de *Son molinos, no gigantes*, livro em que analisa e discute como as redes sociais e a desinformação ameaçam a democracia, revisita nesse seu

texto a obra *1984*, de Orwell, em que discorre sobre o predomínio das emoções e das crenças individuais, para concluir que é irrelevante e ineficaz o combate contra a falsidade.

Tudo acaba diluído no magma de tuítes, títulos de notícias, fotos e vídeos, sustenta Lozano, sublinhando que para a enorme onda informacional pouco importa o que é falso e verdadeiro: “vivemos tempos paradoxais: nunca o acesso à informação e a sua circulação — escreve Lozano — foi tão acessível e grande, porém é neste contexto que se assiste ao recrudescimento dos movimentos negacionistas e terraplanistas” (*El País*, 23/9/2021). A fragmentação que nos vai dividindo em tribos conduz, assim, à ideia de que cada grupo vive a sua realidade paralela, a qual é depois exacerbada pela crescente polarização que tem vindo a marcar a política e os média.

É dentro deste quadrante de raciocínio que Eliane Brum, uma das mais prestigiadas jornalistas brasileiras, escrevia também no *El País*, em outubro de 2021, sob o título “O rompimento do mundo dos humanos” (a propósito da atribuição do Nobel da Paz a dois jornalistas, Maria Ressa, das Filipinas, e Dmitri Muratov, da Rússia), que há hoje uma mediação religiosa no relacionamento das pessoas com a realidade:

Por uma série de razões, o verbo que progressivamente passou a mediar uma parcela significativa das pessoas na sua relação com a realidade é “acreditar”. Não mais os verbos iluministas do duvidar, investigar, testar, confrontar, comparar etc. Mas acreditar. É uma mediação religiosa da realidade, determinada pela fé. A crença se antecipa aos fatos, e assim os fatos já não importam. É como se as pessoas passassem a ler a realidade da mesma forma que leem a Bíblia.

Esta é a razão que determina a crise da imprensa, da ciência e de outros fundamentos que constituíram a modernidade, baseados na investigação e no questionamento constante, para os quais a dúvida é que move o processo de apreensão da realidade e de construção do conhecimento sobre o mundo (Brum, *El País*, 14/10/2021).

Esta mudança na forma de apreensão da realidade acerca da qual a jornalista brasileira discorre pode ser entendida segundo duas perspectivas complementares: 1) falência do papel do jornalismo como instrumento de conhecimento e sequente insolvência enquanto elemento mediador da(s) realidade(s); 2) hegemonia da comunicação não mediada pelo jornalismo em que já não é a procura da verdade que mais importa, mas sim a confirmação das convicções, dos pré-juízos de cada um e a sua fé inabalável naqueles cujas palavras satisfazem os seus instintos e desejos.

O imperativo de veracidade de que falava Kant parece revelar-se, assim, de uma surpreendente atualidade, no sentido em que se na comunicação não mediada pelo jornalismo os diferentes atores sociais podem dirigir-se diretamente aos seus públicos e dizer o que entenderem, a informação jornalística só o é verdadeiramente, porque (e se) atua segundo padrões e critérios que têm, como pressupostos, a ideia de proporcionar conhecimento e de não mentirem.

Dito de outra maneira, o jornalismo deve e tem de ser aquele porto de abrigo, em cuja solidez confiamos para nos proteger das ondas alterosas da desinformação e das notícias falsas.

Referências

ALBALADEJO, J. A. M. & Figueira, J.. Public debate on twitter in the Iberian sphere. In PÉREZ-ESCOLAR, Marta & NOGUERA-VIVO, José M. (orgs.). *In: Hate speech and polarization in participatory society*. London: Routledge. p. 113-129. 2022.

ALLCOTT, H., & Gentzkow, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*. Vol. 31, No. 2, p. 211-36. 2017. Disponível em <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211>. Acesso ago 2023.

- ARENDR, H. **Verdade e política**. Lisboa: Relógio D'Água. 1995.
- ERICKSON, A. How fake news helped shape the Catalonia independence vote. **Washington Post**. outubro 19, 2017.
- FERRARIS, M. **Posverdad y otros enigmas**. Madrid: Alianza Editorial, 2019.
- FERRO, M. **Falsificações da história**. Lisboa: Publicações Europa-América. 1994.
- FONSECA, P. (org.). **I must not tell lies: desinformação e teorias da conspiração**. **TicTank**, 2021. Disponível em: <https://tictank.pt/2021/09/20/i-must-not-tell-lies-desinformacao-e-teorias-da-conspiracao/>
- FOUCAULT, M. **Un dialogo sobre el poder y otras conversaciones**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- GELLHORN, M. **A face da guerra**. Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- GUESS, A.; NYHAN, B.; REIFLER, J. Selective exposure to misinformation: evidence from the consumption of fake news during the 2016 U.S. presidential campaign. **European Research Council**. 2018. Disponível em: <https://about.fb.com/wp-content/uploads/2018/01/fake-news-2016.pdf>. Acesso em ago 2023.
- HAN, B-C. **Não-Coisas: transformações no mundo em que vivemos**. Lisboa: Relógio D'Água, 2022.
- HERMAN, E. S. & CHOMSKY, N. **Manufacturing consent. The political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 2002.
- INNERARITY, D. **A política em tempos de indignação**. Lisboa: D. Quixote, 2016.
- INNERARITY, D. **Uma teoria da democracia complexa**. Lisboa: Ideias de Ler, 2021.
- KAKUTANI, M. **A morte da verdade**. A falsidade na era de Trump. Lisboa: Editorial Presença, 2018.
- KEYS, R. **The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life**. NY: St. Martin's Press, 2004.
- KNIGHTLEY, P. **The first casualty: the war correspondent as hero and myth-maker from the Crimea to Irak**. USA: Johns Hopkins University Press, 2004.
- KOVACH, B., ROSENSTIEL, T. **Blur**. How to know what's true in the age of information overload. USA: Bloomsbury, 2010.
- LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Ufsc-Insular, 2001.
- LEVITIN, D. J. **Weaponized lies: how to think critically in the post-truth era**. New York: Dutton – Penguin Random House, 2016.

LEWANDOWSKY, S., Ecker, U. K., & Cook, J. Beyond misinformation: understanding and coping with the “post-truth” era. **Journal of applied research in memory and cognition**. 6 p. 353-369, 2017. Disponível em: <https://cssn.org/wp-content/uploads/2020/12/Beyond-Misinformation-Understanding-and-Coping-with-the-Post-Truth-Era-Stephan-Lewandowsky.pdf>. Acesso ago 2023.

MCCHESENEY, R. W. **Rich media, poor democracy**: communication politics in dubious times. NY: The New Press, 2000.

MANJOO, F. **True enough**: learning to live in a post-fact society. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

MIHAILIDIS, P. & Viotty, S. Spreadable spectacle in digital culture: Civic expression, fake news, and the role of media literacies in “post-fact” society. **American Behavioral Scientist**. 61(4), p. 441–454, 2017.

MONT'ALVERNE, C., Badrinathan, S., Arguedas, A. R., Toff, B., Fletcher, R., & Nielsen, R. K. **The trust gap**: how and why news on digital platforms is viewed more sceptically versus news in general. Reuters Institute for the study of journalism, 2022. . Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-09/MontAlverne_et_al_The_Trust_Gap.pdf. Acesso em ago. 2023.

NYHAN, B. & Reifler, J. When corrections fail: the persistence of political misperceptions. **Political Behaviour**, 32(2), p. 303-330, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225336846_When_Corrections_Fail_The_Persistence_of_Political_Misperceptions. Acesso em ago. 2023.

RANNARD, G. How fake news plagued 2017. **BBC News**. 31 december, 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-42487425>. Acesso em ago. 2023.

ROMERO-RODRÍGUEZ, L. M., Casas-Moreno, P., & Caldeiro-Pedreira, M.-C. Desinformación e info-xicación en las cuartas pantallas. Ignacio Aguaded & Luis M. Romero-Rodríguez (Coords.), **Competencia mediática en medios digitales emergentes**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, pp. 73-92. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328881028_Desinformacion_e_Infoxicacion_en_las_cuartas_pantallas.

SCHAPALS, A. K., Bruns, A. Responding to “Fake News”: journalistic perceptions of and reactions to a delegitimizing force. *Media and Communication*, vol. 10, nº3, p. 5-16, 2018. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/5401>. Acesso em ago. 2023

SCHEER, L. **La démocratie virtuelle**. Paris: Flammarion, 1994.

SCHILS, E. A. **The torment of secrecy**: the background and consequences of american security policies. Chicago: Elephant Paperbacks, 1996.

SILVERMAN, C. **Lies, dam lies, and viral content**: how news websites spread (and debunk) online rumours, unverified claims, and misinformation. Tow Center for Digital Journalism, February. Columbia Journalism School, 2016.

TRAQUINA, N. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VALERA, L. Deliberación 2.0 o radicalización de la retórica partidista? Um aná-

lisis de las discusiones políticas en los muros de Facebook de candidatos políticos españoles. **Textual & Visual Media**. 5, p. 311-340, 2012.

VIRIEU, F.-H. **La médiacratie**. Paris: Flammarion. 1990.

VOSSOUGH, S.; Roy, D.; Aral, S. The spread of true and false news online. MIT Initiative on the digital economy research brief, 2018. Disponível em: <https://ide.mit.edu/wp-content/uploads/2018/12/2017-IDE-Research-Brief-False-News.pdf>

ZOONEN, L.v. I-Pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**. 27 (1), p. 56-67, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254089325_I_Pistemology_Changing_truth_claims_in_popular_and_political_culture

WAISBORD, S. Fake health news in the new regime of truth and (mis)information. **Reciis** – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 14(1), p. 6-11. Rio de Janeiro: Ict, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1953/2331>